



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 068

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**Atos do Presidente:**

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, Seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno.

ATO DO PRESIDENTE Nº 10/2003

**D E C L A R A :**

Constituído o Bloco Parlamentar Antidrogas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, composto por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa e aprovado em 25 de agosto de 2003, de autoria da senhora deputada Cida Borghetti e dos deputados Hermas Brandão e Delegado Bradock, que deverá atuar em defesa da sociedade paranaense contra o uso nocivo das drogas, com trabalhos até o final da presente legislatura.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 27.08.2003.

RESOLUÇÃO Nº 008/2003

DATA: 26 de agosto de 2003.

**SÚMULA:**

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - meses de junho e julho de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme o artigo 14, da Resolução 15, de 19 de junho de 1992, referente aos meses de junho e julho de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 068ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
03 DE SETEMBRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 1929

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER preferência de votação ao Projeto de Lei nº 491/2003 - item 6 da Ordem do Dia de hoje.

Sala de Sessões, em 03.09.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1930

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente

Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala de Sessões, em 03.09.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 05 sessões, do Projeto de Lei nº 295/2003 de autoria do deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de bônus pecuniário e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar em casos de apreensão de armas.

Sala de Sessões, em 03.09.2003.

(a) HERMES DA FONSECA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Apoiamento:

Delegado Bradock.

#### REQUERIMENTO Nº 1924

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, que sejam encaminhados votos de congratulações ao Núcleo Regional da Agricultura e aos escritórios, regional e local da Emater, instalados em Cornélio Procópio-PR, em reconhecimento ao trabalho dedicado e a competência de todos seus técnicos na realização da Primeira Mostra da Agricultura Familiar durante a VI Expocop (Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial da Região de Cornélio Procópio), no período de 25 a 31 de agosto de 2003.

Sala de Sessões, em 03.09.2003.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 1919

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja encaminhado ao Exmo Sr. secretário de Turismo, José Cláudio Rorato, a presente solicitação no sentido de que o mesmo estude a possibilidade de realizar a pavimentação asfáltica da Rua Suzana Otilia Schiel, que dá acesso a um dos mais belos pontos turísticos do sul do Estado, a saber, o Morro do Cristo, em União da Vitória.

Esse morro possui a segunda maior estátua de Cristo no Brasil, e a pavimentação do seu acesso viabilizaria o turismo na região do Vale do Iguaçu, que além deste ponto turístico possui um circuito de belas cachoeiras, e é sede de muitos eventos de ecoturismo, como o Enduro das Cachoeiras, evento a nível nacional, que acontece todos os anos na referida cidade.

Sala de Sessões, em 03.09.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### REQUERIMENTO Nº 1921

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após acolhido o devido *referendum* do douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de ofício ao Exmo. Sr. deputado federal, João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, e ao deputado Virgílio Guimarães, relator da Reforma Tributária, solicitando a inclusão dentre as áreas beneficiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, as Mesorregiões diferenciadas, localizadas nas Macrorregiões Sul e Sudeste do país, compreendendo os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, e como não poderia deixar de ser, o nosso Estado do Paraná, através da acolhida e consequente aprovação da Emenda Aditiva à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, que trata da Reforma Tributária.

Tal requerimento fundamenta-se na recente constatação dos crescentes e alarmantes índices de empobrecimento nas mais diversas camadas sociais, em especial a dos mais necessitados, índices estes similares aos constatados no norte e nordeste do país.

Os recursos do referido Fundo, representam uma valiosa contribuição para o combate da pobreza em nosso Estado do Paraná, sendo que mister se faz a manifestação do colegiado de deputados estaduais desta Assembléia Legislativa, em apoio à Emenda Aditiva à proposta de Emenda Constitucional que beneficia a região Sul brasileira.

Sala de Sessões, em 03.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1925

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, na pessoa de seu titular, promotor Luiz Fernando Dellazari, solicitando informações quanto as providências determinadas por aquela Secretaria no que respeita à cobrança de valores por membros do MST, aos proprietários agropecuários para que suas terras não sejam invadidas, conforme denúncia corroborada em provas irrefutáveis e noticiadas na mídia paranaense, nesta data.

Sala de Sessões, em 03.09.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1927

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, na pessoa de seu titular e presidente da Comissão Especial de Mediação das Questões da Terra, Padre Roque Zim-

mermann, solicitando informações quanto as providências determinadas por aquela secretaria no que respeita a denúncias de cobrança de valores por membros do MST aos proprietários agropecuários para que suas terras não sejam invadidas, conforme denúncia corroborada em provas irrefutáveis e noticiadas na mídia paranaense, nesta data.

Sala das Sessões, em 03.09.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1928

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, ao senhor governador do Estado, solicitando informações ao presidente da Copel, Dr. Paulo Cruz Pimentel, conforme segue:

a) quanto foi gasto em 2002 com o programa de isenção completa dos consumidores até o limite de 30 kWh/mês?

b) quantos consumidores são beneficiados atualmente por este programa?

c) quantos consumidores serão beneficiados com o Programa “Luz Fraterna”?

d) qual o gasto estimado para isentar, na sua totalidade, os consumidores com consumo de até 100 kWh/mês?

Sala das Sessões, em 03.09.2003.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1931

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, deputado Estadual Durval Amaral, encaminhando a denúncia em anexo.

A referida denúncia foi realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário e Região - Sintvest. São denúncias gravíssimas e ultrapassam os direitos trabalhistas e acabam atingindo questões humanitárias. Os funcionários queixam-se reservadamente, mas temem denunciar abertamente, pois sofrem represálias. Os mesmos chegam a fazer até 6 horas extras de trabalho por mês. Alguns trabalham das 8h da manhã até a 1h da madrugada com uma hora de almoço apenas, sem revezamento. Os relógios-ponto são manipulados, os funcionários não recebem vale-transporte, são ameaçados e xingados. Além do mais, o FGTS não é depositado.

Informa também que tais denúncias foram diversas vezes feitas ao Ministério Público e nenhuma providência foi tomada até então. Solicitamos portanto, intervenção da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1932

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, deputado estadual Durval Amaral, solicitando uma audiência pública na cidade de Londrina.

O referido deve-se pelas graves denúncias de tortura e maus tratos no Sistema Penitenciário de Londrina, formuladas pelo coordenador da Região Sul do Centro de Direitos Humanos (CDH), Jorge Custódio da Silva e as ameaças que os denunciante passaram a sofrer, como demonstram os documentos e recortes de jornal em anexo.

A audiência pública solicitada visa colher informações e sugestões que possam orientar as ações desta Comissão, no objetivo de esclarecer e solucionar o problema.

Tal medida se reveste de extrema importância, considerando que as autoridades da Segurança do Estado do Paraná, até o momento não conseguiram colocar em prática medidas que possam solucionar o caso e tranquilizar aqueles que exercem a nobre missão de fiscalizar e fazer cumprir os Direitos Humanos em nosso Estado. Vale também ressaltar que a questão já motivou inclusive a solicitação por parte da OEA (Organização dos Estados Americanos) à Polícia Federal para uma apuração do crime e proteção às vítimas, não só das torturas, como dos denunciante que estão sofrendo ameaças.

Sala das Sessões, em 03.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1933

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao diretor do Cefet/PR, Sr. Éden Januário Netto, ao diretor da Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos, Lessir Canan Bortuli, parabenizando-os pela incorporação da escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos à Unidade de Pato Branco do Cefet/PR.

A referida homenagem se estende também aos seus servidores e funcionários, os quais fizeram e continuam a fazer a grandeza desta Instituição.

Sala das Sessões, em 03.09.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Um sonho de muitas pessoas se torna realidade em uma região do Estado do Paraná: “a incorporação da Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos à Unidade de Pato Branco do Cefet/PR”. Graças aos trabalhos conjuntos de muitas lideranças políticas educacionais que não mediram esforços, hoje a população da Região Sudoeste do nosso Paraná está sendo contemplada com a presente incorporação.

**Projeto de Resolução:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica acrescida alínea “i”, ao inciso II, do artigo 2º, da Resolução nº 55, de 03 de outubro de 1983, que estabelece dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada à subvenção social, aplicada por indicação dos senhores deputados, com a seguinte redação:

“Art. 2º - ...

I - ....

II - ....

i) pagamento de bolsas de estudo para alunos matriculados em instituições públicas e privadas de ensino superior”.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.2003.

(aa) GERALDO CARTÓRIO  
CHICO NOROESTE

**JUSTIFICATIVA:**

Sendo a educação dever do Estado e direito do cidadão, ela visa proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Contudo, o cidadão só terá efetivado o seu direito à educação se houver igualdade de condições para o acesso e, principalmente, permanência nas instituições escolares desde o ensino fundamental até a Universidade.

Cabe ao Estado garantir ao cidadão paranaense o acesso aos níveis mais elevados do ensino, conforme preceitua o inciso V do artigo 179 da Constituição Estadual.

Estamos apresentando a presente proposta, criando a possibilidade de a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná repassar aos estudantes, recursos para que eles possam continuar cursando as nossas instituições de ensino superior.

Através desta proposição pretendemos proporcionar aos estudantes universitários tornar realidade o sonho de cursar uma universidade, melhorar sua qualidade de vida e, conseqüentemente, de toda a comunidade que se beneficia de sua formação profissional.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 506/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação das Primeiras Damas do Noroeste do Paraná, com sede no município de Paranavaí-Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação das Primeiras Damas do Noroeste do Paraná é uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, fundada em 13 de setembro de 1996, sob a forma de fundação, com sede e foro sito à rua Rio Grande do Sul nº 2485, Jardim Asa Branca, Paranavaí - Paraná.

Trata-se de entidade que tem por finalidade a prestação de assistência social a pessoas carentes que se deslocam de 28 (vinte e oito) municípios da região noroeste do Estado do Paraná para receberem tratamento médico no CRE (Centro Regional de Especialidades) de Paranavaí, Santa Casa de Paranavaí e também Clínica do Rim de Paranavaí.

A Associação, desde a sua fundação mantém a Casa do Aguardo que tem como objetivo prestar serviços de hospedagem e alimentação, amenizando assim a situação de pessoas que vêm a tratamento médico da região Noroeste até o retorno para seu município. Foram atendidas no ano de 2002, 8.459 (oito mil quatrocentos e cinquenta e nove) pessoas, sendo oferecidas 18.240 (dezoito mil duzentas e quarenta) refeições e até o mês de julho corrente, mais de 4.000 (quatro mil) pessoas já passaram pela Casa.

Tendo em vista o trabalho ininterrupto desenvolvido por esta entidade junto à população desta região do Brasil, observamos a relevância social e o reconhecimento desta população que necessita contar com a continuidade dos benefícios.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus ao título de Utilidade Pública como reconhecimento aos bons serviços prestados.

PROJETO DE LEI Nº 507/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica denominado de João Leandro Barbosa o trecho entre o município de Rio Branco do Ivaí e o entroncamento da Rodovia PR-082.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de homenagear um personagem da história do nosso Estado, João Leandro Barbosa, conhecido como “perigoso”.

João Leandro Barbosa nasceu em Brejo Santo, no Estado do Ceará, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de 1923.

Casado com Raimunda Izabel Barbosa, João Leandro Barbosa teve doze filhos, 25 netos e 10 bisnetos.

Com grande atividade junto à comunidade da região do norte paranaense, João Leandro Barbosa foi eleito o primeiro prefeito do município de Grandes Rios, desmembrado de Cândido de Abreu e também foi eleito vereador em Cândido de Abreu.

O nosso homenageado foi gerente da Colonizadora Lunardelli, sediada, no município de Grandes Rios, na área que hoje abrange os municípios de Rosário do Ivaí e Rio Branco do Ivaí, onde colaborou com o desenvolvimento da região.

“Perigoso” foi homem de confiança do governador Paulo Pimentel que era proprietário da fazenda da região e com a amizade e confiança do governador da época, muito ajudou o Vale do Ivaí.

João Leandro Barbosa veio a falecer no município de Faxinal, na década de 80, deixando enlutada a comunidade de toda a região do Norte do Estado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin, por cinco minutos.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados:

Hoje a CPI do Banestado realizou mais uma audiência pública e, nessa oportunidade, ouviu os dois bancos responsáveis pela avaliação do Banco do Estado do Paraná. Na verdade, o Banco CCF Brasil, agora adquirido pelo HSBC, e o Banco Factor foram os dois bancos que avaliaram o Banestado para venda.

Na verdade, não foi respondida na CPI, hoje, uma pergunta do ilustre deputado Bradock sobre a marca, o que valia a marca Banestado, o que valia a tradição Banestado, o que valia o dinheiro público depositado no Banestado. Eles alegaram que a metodologia usada de desconto em caixa não permitia que eles pudessem avaliar esta ou aquela questão individualizada.

Na verdade, senhores deputados, deixaram de cumprir o Edital - que eles venceram e foram classificados e mesmo assim, constando no Edital, eles não fizeram constar quanto valia a marca, a tradição deste Banco de 70 anos do Paraná, com quase 400 agências, de um Estado que tem em torno de 10 bilhões de reais para aplicar no banco que venceu, que foi o Banco Itaú. Enfim, os depoentes de hoje ficaram devendo e muito e, por certo, deputado Bradock, ao encerrar esse trabalho dessa CPI, vamos constatar que aquele Banco HSBC, que foi classificado para avaliar o Banco, não tinha as credenciais naquele momento, porque, no momento que o presidente da comissão abre os envelopes, ele tem que constar que toda documentação exigida pela lei brasileira, o vencedor da licitação deve fazer constar e deve fazer anexado à sua proposta, para que a comissão possa avaliar.

Mas, tenho certeza que, além dessa questão da marca Banestado não ter sido contemplada, no entanto

que conste no Edital, também estão nos devendo sobre a avaliação dos imóveis que pertenciam ao Banco do Estado do Paraná. Portanto, mais uma sessão realizada e mais dúvidas e mais inquietação por parte desta Comissão, na certeza que vamos conseguir um trabalho profícuo, tendo em vista que estamos hoje de posse das auditorias internas do Banco do Estado, da época, das auditorias externas do Banco do Estado, da época, e também agora, por determinação da 2ª Vara Criminal Federal, de quarenta processos do Banco Central. Sob a ótica do Banco Central teremos o espelho de como o Banco Central via o Banestado e o seu comportamento na Banestado Leasing/Corretora, Banestado Comercial.

Portanto, estamos progredindo positivamente no nosso trabalho.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães.

#### O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero registrar a presença, aqui, na nossa tribuna de honra, do vereador Luiz Carlos Alves, de Guaratuba, e também do Pastor José Joaquim Ferreira, que é o pastor da Assembléia de Deus, em Guaratuba. Estão nos honrando com as suas presenças nesta tarde.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas aos ilustres visitantes.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

O que me traz à tribuna hoje é uma preocupação muito grande. Estou encaminhando, tanto ao secretário do Trabalho, Padre Roque Zimmermann, e também ao secretário da Justiça, Luiz Fernando Delazari, um requerimento pedindo informações de qual é o procedimento que está sendo tomado sobre as denúncias feitas na imprensa do Estado do Paraná, no dia de hoje, com relação de que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o MST, foi acusado de cobrar cem mil reais para não invadir uma propriedade no município de Imbituva.

Deputado Bradock, aqui nós temos a denúncia no jornal Diário dos Campos, onde traz uma gravação de uma fita que o advogado, representante do proprietário rural, obteve no momento da conversação, onde integrantes do Movimento pediam o dinheiro para não invadirem a sua propriedade.

Enfim, uma série de denúncias aqui estão, com relação a essa propriedade do município de Imbituva. E, preocupado com isso, que avança gradativamente, nós estivemos ontem na fazenda do Trombini; infelizmente um conflito entre líderes do Movimento Sem-Terra e proprietários da área, uma área de reflorestamento, onde a empresa Trombini, pelas informações que temos, colocou

lá seguranças para não deixar o seu reflorestamento ser invadido e acabou tendo, nesse conflito a morte de um representante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Então, a preocupação é grande, temos que ter resultados. Vejo o Padre Paulo. Vou lhe entregar depois essas denúncias para que o senhor fique a par, aqui foi gravada a conversação entre o advogado e entre um líder do Movimento. Isso preocupa porque o objetivo da reforma Agrária no Estado do Paraná é resolver os problemas das pessoas que têm ligação com a terra no passado, mas não podemos ver um movimento social, um movimento que reivindica, tendo entre os seus líderes pessoas que estão cobrando dos proprietários rurais para não invadirem as suas propriedades.

Então, estamos encaminhando, senhor presidente, senhores deputados, essa denúncia de que o MST exige cem mil para não invadir fazenda. Está tudo muito bem explicado neste jornal. Eu vou encaminhar este jornal ao secretário da Segurança Pública e também ao Padre Roque Zimmermann, que viveu em Ponta Grossa por um período, conhece muito bem a região e os problemas que existem para que tenhamos, através dessas denúncias - que a imprensa do Estado do Paraná, no dia de hoje, traz - uma ação, e tenhamos aí uma solução, porque o que queremos, sim, é solucionar esse sério problema que nós vivemos no Brasil. E isso tem que partir das autoridades constituídas; é o presidente da República destinando recursos para que as áreas possam ser viabilizadas para assentar aqueles que realmente têm ligação com a terra, e ao mesmo tempo o governo do Estado do Paraná tem que agir com autoridade, tem que agir em uma linha para fazer com que questões como essas não venham a acontecer. Pessoas que utilizam esse movimento, para achacar dinheiro de proprietários rurais! Não é justo! Temos que cumprir a lei! Tem uma lei para ser cumprida! Um lado tem que cumprir a Lei! A lei é para todos nós: parlamentares, presidentes, assessores, membros da imprensa - todos nós cumprimos a lei! Não é justo um dos lados não estar cumprindo e o governo do Estado do Paraná não estar agindo, protegendo o lado que não está cumprindo a lei.

Espero que o secretário da Segurança investigue e puna aquelas pessoas que estão tomando essa iniciativa de cobrar propina, para não invadir áreas no Estado do Paraná.

Estou encaminhando ao secretário da Segurança e ao Padre Roque essas denúncias, através de um requerimento da Casa, para que eles possam buscar uma solução. Brasília tem que liberar os recursos para que as áreas possam ser desapropriadas, pagas no Estado do Paraná. O governo do Estado do Paraná tem que agir dentro da lei, fazendo com que a lei seja cumprida pelos dois lados. Não é justo, deputado Nelson Justus, vermos uma reforma agrária que está querendo se fazer no País, com o patrimônio alheio. A lei não permite e foi feita para ser cumprida por todos nós.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Luciano Ducci, no Pequeno Expediente.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. O que me traz hoje aqui nesta Casa, é para comentar de um assunto, que ontem quando cheguei em casa, depois da Sessão plenária, ao ver na televisão, em uma novela de grande audiência, críticas sutis ao ministro da Saúde, Humberto Costa, que também vem sendo criticado ao longo dos últimos dez, quinze dias, na grande imprensa nacional, tentando desestabiliza-lo dentro do Ministério da Saúde. Um ministro que vem do Movimento Sanitário, que foi secretário municipal da Saúde de Recife e que está tendo uma atuação brilhante, frente ao Ministério da Saúde, enfrentando grandes desafios, a indústria farmacêutica e poderosos que não têm interesse na transparência dos procedimentos, que o Ministério da Saúde vem tomando ao longo deste ano.

O ministro da Saúde, Humberto Costa, nesse período de nove meses frente ao Ministério da Saúde, para se ter uma idéia investiu 152 milhões de reais, elevando o *per capita* da atenção básica, ampliando o número de consultas básicas de clínica médica, pediatria e ginecologia obstetrícia. Ampliou nesse período também mais de quatro mil equipes ao Programa de Saúde da Família, passando de 17 mil para 21 mil equipes, além de ampliar em mais de 40 mil agentes comunitários de saúde no País. Está investindo agora 68 milhões de reais no reequipamento de todo o Programa de Saúde da Família, em nível nacional, principalmente, nos municípios de grande e médio porte.

(Lê):

“Os municípios beneficiados pelo Fome Zero receberão em dobro os recursos para a aquisição de remédios da farmácia básica, alcançando 16 milhões de pessoas em 900 municípios. Reajustou em 195% o valor das consultas especializadas prestadas à população em unidades públicas de todo o Brasil. Na atenção às urgências e emergências, seu programa de investimento prevê, até o final do primeiro semestre de 2004, o credenciamento de 1.233 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI em todo o país, e já credenciou 371 novas UTI's. Esse programa prevê a criação de 800 equipes de resgate médico e a compra de 800 ambulâncias para o atendimento de mais de 90 milhões de brasileiros.

O Ministério da Saúde propôs e o Congresso Nacional aprovou a lei que cria o “De volta para casa”, que garante um benefício de R\$249,00 para ajudar na ressociação de portadores de transtornos mentais, que, após longos períodos de internação, podem voltar para casa. É preciso ressaltar também a iniciativa de antecipar para este ano a realização da 12ª Conferência Nacional da Saúde, que trará mais de 4000 conselheiros da Saúde,

entre eles representantes da população, profissionais, gestores, professores e estudantes que apresentarão as propostas para o SUS deliberadas nas conferências municipais e estaduais da Saúde.

Para cuidar deste desafio, o Governo Lula, convocou gestores municipais, com experiência administrativa e acadêmica, militantes da reforma agrária no país e parceiros na construção do SUS. O secretário executivo, Gastão Wagner de Souza Campos, vem da Prefeitura de Campinas/SP; o secretário de Atenção à Saúde, Jorge Solla, era secretário municipal de Vitória da Conquista/BA; do Rio Grande do Sul veio a ex-secretária de Estado e da Prefeitura de Porto Alegre, Maria Luiza Jaeger; o secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa, foi secretário de Estado de Pernambuco e de Olinda e para coordenar a 12ª Conferência Nacional da Saúde, está escalado Eduardo Jorge, ex-secretário do município de São Paulo. Estão ainda na equipe os ex-secretários Edmundo Gallo e Nilo Bretas (Belém/PA), Arthur Chioro (São Vicente/SP), José Carlos Moraes (Jacareí/SP), Ivan Coelho (Betim/MG), Socorro Lemos (Belo Horizonte/MG), Antônio Alves (Paracatu/MG), entre outros.

A coordenação desta equipe é de responsabilidade do ministro Humberto Costa, que tem em sua trajetória política a defesa do Sistema Único da Saúde, um compromisso também defendido pelo Conasems.”

E tudo isso vem sendo tocado por uma equipe que muita gente não conhece, não sabe, mas a equipe do ministro Humberto Costa é uma equipe totalmente composta por municipalistas, por ex-secretários municipais da Saúde, secretários de grandes, pequenas e médias cidades, por diretores da área da Saúde, pessoas que sempre militaram dentro do movimento sanitário.

Neste sentido hoje em Brasília, o Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde faz uma grande manifestação de apoio ao ministro Humberto Costa. Da mesma forma como em Foz do Iguaçu, na semana passada todos os secretários municipais da Saúde do Paraná também se reuniram manifestando apoio ao ministro Humberto Costa para que movimentos políticos que não são do interesse do Sistema Único da Saúde e da reforma sanitária, não tentem tomar de assalto o Ministério da Saúde para tratar de coisas, de interesse de uma indústria ou de interesse particulares de determinados grupos.

Neste sentido estamos mobilizando todos os conselhos, militantes da área da Saúde em defesa do SUS, em defesa da equipe do ministro Humberto Costa.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos deputados Geraldo Cartário e Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1929, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando a preferência de votação para o Projeto de Lei nº 491/2003, item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2003, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores, conforme especifica - Programa “Luz Fraterna”. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCE E CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 030/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM, Associação de Pais e Mes-tres da Escola Municipal Jardim Primavera - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 031/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM, Associação de Pais e Mes-tres da Escola Municipal Ladislau Schicorski - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).**



**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 320/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Arnaldo Busato, Ensino de Pré e 1º Grau, com sede e foro no município de Cruzeiro D'Oeste. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2003, de 03/06/2003).**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 361/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Conjunto Habitacional Vivi Xavier, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2003, de 23/06/2003).**

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 367/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Portadores de Doenças Reumáticas, de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2003, de 24/06/2003).**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre o combate ao racismo no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CDHC. COM EMENDA DA CECE. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDHC. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda Substitutiva da CCJ - Aprovada.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto do Itararé - Apae, com sede e foro na cidade de Salto do Itararé. COM PARECER FAVORÁVEL DA

CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ - Aprovada.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece compensações visando garantir a segmentos do setor agroindustrial o restabelecimento das condições de competitividade, diante de produtos importados do exterior, afetados por regimes jurídicos que prejudiquem a livre concorrência. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. COM PARECERES DA CF E CAIC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CAIC. **Aprovado o Substitutivo Geral da CAIC, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Tomazina, com sede e foro no município de Tomazina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o atendimento prioritário aos portadores de deficiência nas condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos nas condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2003, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que veda a discriminação na circulação de serviços em condomínios residenciais e/ou comerciais no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 16**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública à Fundação Cultural Siqueirense, com sede e foro no município de Siqueira Campos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de

bônus pecuniários e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar em casos de apreensão de armas. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/05/2003).

**O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)**

Tem um requerimento na mesa, subscrito por mim, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça e pelo relator da matéria, deputado Mário Sérgio Bradock, pedindo a retirada de pauta desse projeto, visto que ele não foi deliberado ainda na CCJ.

Está com vistas para a Presidência.

**O SR. RATINHO JÚNIOR (Para Encaminhar)**

Só para informação do presidente da CCJ, esse projeto está em regime de urgência há 3 meses atrás. Foi dado 48 horas para dar um parecer da CCJ na semana retrasada e até o momento não tinha vindo, pelo Regimento Interno, era em 48 horas. E, se em uma semana não veio, que venha automaticamente para plenário. Não está sendo cumprido o Regimento Interno, presidente!

Gostaria que não retirasse da pauta da Ordem do Dia. Já foi retirado uma vez.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Apenas entendo que, se o projeto está na Ordem do Dia, ele tem a determinação do senhor presidente da Casa para que ele esteja na Ordem do Dia. Então, não há o que discutir.

**O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)**

Gostaria de dizer que deve ter havido um equívoco da Mesa em colocar este projeto na Ordem do Dia, até porque não constou anteriormente na pauta, como prevê o Regimento Interno, e, portanto, não pode constar na Ordem do Dia. Há um equívoco muito grande e peço a V. Exa. que acate o pedido de adiamento.

Em primeiro lugar, esse projeto não foi votado na CCJ, porque o próprio autor, que não é membro da CCJ compareceu numa Sessão da CCJ e pediu a sua retirada, tendo em vista o parecer, pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade, pela injuricidade, pela falta de técnica legislativa apresentada pelo relator, Mário Sérgio Bradock.

Então, foi retirado da CCJ e não foi deliberado. Na Sessão de terça-feira o deputado Mário Bradock foi apresentar o seu relatório, e diante da polêmica, essa presidência pediu vistas.

Se não bastasse isso, vou expor vários argumentos que estão contidos no Regimento Interno.

(Lê): “Artigo 183, item c: aprovado pela Assembleia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a) concedido o prazo de 48 horas a cada uma das Comissões Permanentes que devam opinar a respeito, para que profiram os respectivos pareceres;

b) expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecidos pareceres das Comissões Permanentes;

c) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia.”

Portanto, não constou da pauta. Já peca por esse argumento.

Segundo:

(Lê): “Artigo 94 - todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia, ficarão sob a guarda da Mesa. Salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto entregue à discussão inicial ou única na Ordem do Dia, sem que se figure em pauta, ficando sobre a mesa para conhecimento, estudo dos deputados durante três Sessões consecutivas, e sendo publicado na íntegra pelo menos uma vez, na Ordem do Dia.

Parágrafo 2º - As matérias em pauta serão enunciadas diariamente seguidas na Ordem do Dia.”

Pelo que me consta, isso não ocorreu.

Terceiro argumento: a Constituição do Estado do Paraná, no artigo 66, inciso III:

(Lê): “Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado, as leis que disponham sobre: organização da Defensoria Pública do Estado ligadas às Polícias Civil e Militar.”

Então, não estamos falando só do Regimento, estamos falando de uma Constituição, que tem o parecer brilhante de uma pessoa entendida no assunto, que é o deputado Mário Sérgio Bradock, que está com o seu parecer na CCJ, que não foi deliberado até agora, a pedido do próprio autor.

Portanto, esta matéria não pode constar hoje da Ordem do Dia; nós temos que aguardar a deliberação da CCJ para depois vir ao plenário. Assim, peço que V. Exa. acate o nosso pedido - do presidente e do relator - para que isso transite na próxima semana.

**O SR. RATINHO JÚNIOR (Pela Ordem)**

Queria dizer ao deputado Hermes Fonseca, que já esteve na Ordem do Dia esse projeto sem o parecer da CCJ, quando então o presidente deu 48 horas para a CCJ deliberar o seu parecer. Como não foi feito, é prerrogativa do presidente fazer a Ordem do Dia, como está feita aqui e o Plenário é soberano.

Peço que seja votado, então, o nosso projeto, para que ele continue na Ordem do Dia ou não, já que a questão é tão polêmica e delicada.

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)**

Há um Requerimento nº 1923, de autoria do deputado Hermes Fonseca, com apoio do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 295/2003. **Rejeitado.**

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Pedido de verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Hermes da Fonseca, queiram levantar-se.

Os que rejeitam, queiram levantar-se, por gentileza.

Dezoito deputados rejeitam o requerimento do deputado Hermes Fonseca.

**Rejeitado o requerimento.**

Está em votação o projeto do deputado Ratinho Júnior.

Em discussão. Em votação.

**Aprovado.**

### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2003, que dispõe sobre os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, que poderão ser pagos em uma ou mais parcelas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11/08/2003)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 429/2003

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dispor sobre os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, que poderão ser pagos em uma ou mais parcelas.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 429/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 23/2003, objetiva dispor que os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de

junho de 2003, poderão ser pagos em uma ou mais parcelas.

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável exarado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos constitucional, legal e de técnica legislativa.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Assembléia.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, porém com a apresentação de emenda modificativa em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2003.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 429/2003

Ficam introduzidas as seguintes alterações ao Projeto de Lei nº 429/2003:

Alteração nº 01 - Fica alterado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 429/2003, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, ocorridos até 31 de agosto de 2003, poderão ser pagos em parcela única ou em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais sucessivas, nos termos previstos nesta lei.

Alteração nº 02 - Dá nova redação à alínea “e” do parágrafo 2º do artigo 1º:

e) os juros vencidos serão proporcionalmente dispensados, consoante o número de parcelas, nos seguintes percentuais:

1. em até 12 (doze) parcelas, com dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros;
2. entre 13 (treze) e 24 (vinte e quatro) parcelas, com dispensa de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros;
3. entre 25 (vinte e cinco) e 36 (trinta e seis) parcelas, com dispensa de 40% (quarenta por cento) do valor dos juros;
4. entre 37 (trinta e sete) e 48 (quarenta e oito), com dispensa de 30% (trinta por cento) do valor dos juros.

Alteração nº 03 - Dá nova redação ao *caput* dos artigos 5º e 6º:

Art. 5º - Os que procurarem espontaneamente a repartição fazendária até 28 de novembro de 2003 para

reconhecer infração relativa a fatos geradores do ICMS ocorridos até 31 de agosto de 2003, será concedida a dispensa dos juros que incidirem sobre a dívida confessada, desde que quitado integralmente o imposto, devidamente atualizado.

Art. 6º - Os créditos de ICMS decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de agosto de 2003, poderão ser liquidados, com redução de 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor atualizados e dos juros, desde que integralmente recolhido o débito remanescente até 28 de novembro de 2003.

Alteração nº 05 - Dá nova redação ao artigo 8º:

Art. 8º - A competência para deferir o parcelamento de que trata esta lei é do secretário de Estado da Fazenda, que poderá delegá-la.

Alteração nº 06 - Dá nova redação ao artigo 9º:

Art. 9º - O contribuinte que possuir crédito acumulado de ICMS, próprio ou recebido em transferência de terceiros, habilitado pelo Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados - Siscred, decorrente de operações de exportação ou ao abrigo do deferimento do pagamento, poderá utilizá-lo para liquidação integral de créditos tributários de ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de agosto de 2003, com dispensa da multa e dos juros, mantida a correção monetária, observado o disposto em Decreto do Poder Executivo.

Alteração nº 07 - A inclusão de novo artigo, onde couber, no projeto de Lei nº 429/2003, com a seguinte redação:

Art.. ... - Os créditos tributários do ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de agosto de 2003, poderão ser objeto de compensação com precatórios alimentares, com precatórios decorrentes da complementação de valores de precatórios quitados com base no artigo 33, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 e com os valores correspondentes aos dois décimos vencidos, nos termos da emenda Constitucional nº 30/2000, dos precatórios não alimentares, com dispensa da multa e dos juros, mantida a correção monetária, observado o disposto em decreto do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 03.09.2003.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1919, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1921, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1924, de autoria do deputado Hermes Fonseca constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1925 e 1927, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1928, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1930, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1931, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. À Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

Requerimento nº 1932, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1933, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Eu queria só registrar a presença aqui do ex-vereador, ex-secretário, companheiro nosso de Castro, Ezidro Constantino Guedes, um dos grandes amigos nosso lá de Castro, presente na tribuna desta Casa, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, conforme requerimento verbal, aprovado anteriormente, de autoria do deputado André Vargas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 491, 406 e 407/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2003.

Levanta-se a Sessão.

## Pedido de Adesão:

### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

ALFEU ANTONIO CEZARINI, matrícula nº 40146, lotado na Diretoria Geral, endereço Rua Cecília Meirelles, 492 bairro São Lourenço, cidade de Curitiba, CEP: 82200-100 -PR, remuneração mensal estimada R\$1.340,00, CPF: 104.516.689-87, telefone: 041-9103-1941, data de nascimento: 03.01.1941.

Solicito ao senhor Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Agente Administrativo - nível 061.

(Prot. nº 6908)

Curitiba, 01.09.2003.

(a) ALFEU ANTONIO CEZARINI

### **Atas de Comissões:**

#### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Biblioteca Vidal Vanhoni desta Assembléia Legislativa, às 10h00, reuniu-se a Comissão de Direitos e da Cidadania, presidida pelo senhor deputado Durval Amaral e contando com a presença do deputado Delegado Bradock. Não havendo quórum, o senhor presidente mandou, que eu, Richard Rüppel Sotto Maior, secretário da Comissão, lavrasse o presente termo de Ata.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

#### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, distribuindo a matéria para ser relatada. Em seguida, o senhor presidente apresentou aos senhores deputados documento referente à Escola Estadual Maria Nicolas, o qual foi solicitado cópia a todos os membros desta Comissão. Logo após, o deputado Tadeu Veneri, e os demais membros participantes desta reunião, sugeriram e aprovaram um calendário de reuniões para esta Comissão, que será às quartas-feiras, após a Sessão Plenária, de acordo com a confirmação a ser entregue na forma de convocação. Essas reuniões serão realizadas a cada 15 dias. O presidente apresentou requerimento aprovado na Sessão Plenária do dia 04.08, para a realização de Audiência Pública no dia 20.08, às 09h00 no Plenarinho da Assembléia sobre o transporte escolar. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

Solange Mann - Secretária